



miguilim

revista eletrônica do netlli

volume 8, número 1, jan.-abr. 2019

HOMEM PÚBLICO VERSUS HOMEM PRIVADO: AS INSINUAÇÕES DO CONSELHEIRO AIRES



PUBLIC MAN VERSUS PRIVATE MAN: THE INSINUATIONS OF COUNSELOR AIRES

Wellington Vinciuz da Cruz GODOI
Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil

Rita de Cássia Lamino de Araújo RODRIGUES
Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita
Filho, Brasil

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [OS AUTORES](#)
RECEBIDO EM 17/01/2019 • APROVADO EM 12/04/2019

Resumo

A obra de Machado de Assis, escrita no final do século XIX e início do XX, pode ser configurada como um testemunho crítico do modo como vivia o brasileiro na época da transição do regime imperial para o republicano e da abolição da escravidão. Nela ressalta-se a importância dos narradores-personagens que se destacam por seus comportamentos e modo como se referem a si e às demais personagens. Entre eles, sobressai o Conselheiro Aires, narrador-personagem dos romances *Esaú e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908), que transmite para seu diário

suas vivências pessoais, impressões sobre a sociedade carioca e as atitudes das personagens que o cercam. Sendo assim, este trabalho tem por objetivo observar o modo como Machado de Assis constrói esse narrador e, por meio dele, transporta para essas obras alguns aspectos do Brasil de sua época, construindo personagens e histórias que, sem se apegar ao desejo de reproduzir fielmente o que acontecia, são capazes de ilustrar um pouco da realidade brasileira do final do século XIX, demonstrando como os acontecimentos públicos influenciavam as decisões de caráter privado.

Abstract

The work of Machado de Assis, written in the end of the XIX century and in the beginning of the XX, may be set up as a critical testimony of the way the Brazilian people lived at the transition time of imperial regime to republic and the abolition of slavery. In it, it is highlighted the importance of the narrators-characters that stand out because of their behavior and the way they refer to themselves and to the other characters. Amidst these narrators, Counselor Aires, who is the narrator-character of the novels *Esaú e Jacó* (1904) and *Memorial de Aires* (1908), who passes on to his diary his personal experiences, impressions about the Carioca society and the characters attitudes that surround him. Therefore, this paper has as objective to observe the way Machado de Assis builds this narrator and, through him, carries to these works some of the aspects of Brazil at that time of yours, building characters and stories that, without restraining himself to reproduce exactly everything that happened, are capable if illustrate a little bit of the Brazilian reality in the end of the XX century, showing how the public events influenced the decisions of private matters.

Entradas para indexação

PALAVRAS-CHAVE: Machado de Assis. Narrador-personagem. Público. Privado. *Esaú e Jacó*. *Memorial de Aires*.

KEYWORDS: Machado de Assis. Narrator-character. Public. Private. *Esaú e Jacó*. *Memorial de Aires*.

Texto integral

Introdução

As mudanças ocorridas nos fins de século XIX até meados de século XX, nos níveis da experiência social no Brasil, afetaram a ordem e as hierarquias da sociedade, corroborando para mudanças na maneira das pessoas organizarem suas afeições e de sentir a proximidade ou alheamento de outros seres humanos. Segundo Sevcenko (1998), nunca antes as pessoas foram envolvidas em tão complexo processo de transformação de seus hábitos cotidianos, de suas convicções, de seus modos de percepção e até de seus reflexos instintivos.

Sendo a identidade uma construção simbólica, que estabelece uma comunidade de sentido e um ponto de referência no mundo, o espelho revelaria a pessoa à maneira como ela se vê, o que pode se distanciar da percepção que os outros têm a seu respeito. Do mesmo modo, a maneira perversa de realização do capitalismo no Brasil possibilita a preeminência da representação sobre o real, o parecer tem o efeito de ser e, como tal, é julgado e avaliado. A literatura terá o mesmo ponto de vista, já que o Brasil seria o terreno fértil para a construção de metáforas e para a realização da metonímia, o contexto onde a imagem mental ou visual dá à aparência o caráter de essência (PASAVENTO, 2002).

Ao passo que nos domínios da realidade de um povo predomina a aparência em detrimento do concreto e verdadeiro, é interessante observar como isso é representado na literatura, que tem, por essência, o caráter apenas fictício, atentando para a maneira como se estabelecem as relações entre as personagens de uma obra de ficção situada nesse contexto social, de modo a perceber se é possível criar personagens que expressem as contradições de um Brasil em que “o parecer tem o efeito de ser”. Pensando nisso, este trabalho tem por objetivo esboçar a maneira como o escritor Machado de Assis transportou para os romances *Esaú e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908) alguns aspectos do Brasil de sua época, construindo personagens e histórias que, sem se apegar ao desejo de reproduzir fielmente o que acontecia, são capazes de ilustrar um pouco da realidade brasileira do final do século XIX e início do século XX. Para tanto, será feita a leitura desses dois romances, atentando para a presença da personagem Conselheiro Aires, que, em ambas as obras, desempenha o papel de narrador, de modo a demonstrar por meio de uma abordagem crítica, o quanto os contrastes entre aparência e realidade (ou público e privado) puderam ser expressos por Machado de Assis em suas obras.

As duas faces do Conselheiro Aires

Os romances *Esaú e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908), de Machado de Assis, abordam algumas das problemáticas mais constantes da obra desse escritor como, por exemplo, o uso de narradores em primeira pessoa, o que contribui para uma maior verossimilhança e, também, uma visão crítica das convenções e interesses da sociedade burguesa de seu tempo, evidenciando a hipocrisia, uma vez que apresenta personagens que costumam usar máscaras para esconder seus reais objetivos.

O primeiro desses romances, *Esaú e Jacó*, publicado em 1904, conta a história dos gêmeos Pedro e Paulo que vivem se desentendendo. A primeira cena do romance apresenta uma consulta que a mãe dos gêmeos, Natividade, fez a uma adivinha do tempo, chamada popularmente de Cabocla do Castelo, quando os gêmeos eram ainda bebês. A adivinha perguntou para Natividade se eles brigaram quando ainda estavam no ventre, ao que ela “respondeu que efetivamente sentira movimentos extraordinários, repetidos, e dores, e insônias...” (ASSIS, 2015, p. 1049). Ao fim da consulta, a Cabocla disse a respeito dos gêmeos:

– Serão grandes, oh! grandes! Deus há de dar-lhes muitos benefícios. Eles hão de subir, subir, subir... Brigaram no ventre de sua mãe, que tem? Cá fora também se briga. Seus filhos serão gloriosos. É só o que lhe digo. Quanto à qualidade da glória, coisas futuras! (ASSIS, 2015, p. 1049).

As duas principais causas das brigas dos irmãos quando adultos eram a política, – já que Pedro era monarquista e Paulo, republicano –, e a moça Flora, que inspira o amor dos irmãos, mas ela própria ama a ambos e nunca escolhe nem a um nem a outro até sua morte. Até o fim do romance, as brigas vão e voltam, apenas sendo interrompidas por um ou outro motivo mais forte, como a morte de Flora e a morte de Natividade que no leito de morte pede aos filhos: “– Vocês vão ser amigos. Sua mãe padecerá no outro mundo, se os não vir amigos neste” (ASSIS, 2015, p. 1192). Os gêmeos prometeram a amizade, entretanto, passado o abalo da perda, voltaram a ser inimigos.

A história dos gêmeos e sua família, assim como a história da família de Flora, é contada pela personagem Conselheiro Aires, diplomata de carreira, que, no seu tempo livre, escrevia um diário de lembranças dividido em sete cadernos, em meio aos quais foi encontrado um com uma história que não fazia parte do seu memorial. É neste caderno, posteriormente nomeado como *Esaú e Jacó* pelo editor, que está presente a história dos gêmeos.

A intenção do editor ao dar o título *Esaú e Jacó* para o livro é fazer referência à história bíblica na qual Jacó, o gêmeo mais novo de Rebeca e Isaac, rouba o direito de progenitura chantageando seu irmão, Esaú, com um prato de lentilhas (GÊNESIS, 1991). Assim como no *Gênesis*, os irmãos Pedro e Paulo eram inimigos e discordavam em tudo, principalmente em relação ao regime político, pois Pedro era monarquista e acreditava no estado em que as coisas estavam, enquanto Paulo lutava pela República.

A partir de uma advertência no início do romance, pode-se entender o método que Machado de Assis utilizou para tirar a autoria do romance de si, dando o papel ficcional de autor para o Conselheiro Aires. Portanto, o papel de Aires pode ser entendido como sendo o de autor-ficcional de *Esaú e Jacó*, e este como uma ficção criada por uma personagem de ficção, ou seja, criada pelo Conselheiro, pois a advertência diz que, quando o Conselheiro faleceu, encontraram em sua secretária sete cadernos manuscritos, cada um com seu número de ordem por algarismos romanos, apenas o sétimo trazia o título *Último*:

A razão desta designação especial não se compreendeu então nem depois. Sim, era o último dos sete cadernos, com a particularidade de ser o mais grosso, mas não fazia parte do Memorial, diário de lembranças que o Conselheiro escrevia desde muitos anos e era a matéria dos seis. Não trazia a mesma ordem de datas, com indicação da hora e do minuto, como usava neles. Era uma narrativa; e, posto figure aqui o próprio Aires, com o seu nome e

título de conselho, e, por alusão, algumas aventuras, nem assim deixava de ser a narrativa estranha à matéria dos seis cadernos. (ASSIS, 2015, p. 1046).



Apesar de ser o autor e o narrador do romance, Aires se coloca na posição de personagem, chamando a si próprio de “ele” na narrativa, figurando como um narrador em terceira pessoa onisciente intruso. Quando, por exemplo, o Conselheiro se descreve, ele diz: “Não me demoro em descrevê-lo. Imagina só que **trazia** o calo do ofício, o sorriso aprovador, a fala branda e cautelosa, o ar da ocasião, a expressão adequada, tudo tão bem distribuído que era um gosto **ouvi-lo e vê-lo**” (ASSIS, 2015, p. 1063, grifo nosso). Neste trecho, pode-se notar a presença dos verbos conjugados na terceira pessoa, marca desse distanciamento entre narrador e personagem. Isto é, ao falar de si próprio, o narrador, Conselheiro Aires, prefere iludir o leitor e fingir que está descrevendo outra pessoa, que não ele mesmo. Esse foco narrativo em terceira pessoa faz com que o leitor fique mais longe de conhecer o verdadeiro Aires, pois tudo o que se sabe sobre ele é o que ele próprio diz, enquanto narrador. Ligia Chiappini Leite assinala sobre o narrador em terceira pessoa onisciente intruso:

[...] somos colocados a uma distância, ao mesmo tempo menor, do narrado – já que temos acesso até aos pensamentos das personagens –, e maior, porque a presença do narrador medeia sempre, ostensiva, entre nós e os fatos narrados, conservando-nos ironicamente afastados deles, impedindo nossa identificação com qualquer personagem bem como frustrando a absorção na sequência dos acontecimentos, com pausas frequentes para a reflexão crítica. (LEITE, 1997, p. 29).

É, exatamente, dessa forma que o narrador de *Esaú e Jacó* se mostra. A única certeza dada é a do Conselheiro Aires; é ele quem possui a verdade e sobre ela reflete ora da posição de personagem, ora da posição de narrador. Veja-se, por exemplo, a tendência do Conselheiro em reorganizar os episódios sumarizando as falas das personagens, como ocorre quando, após a missa por alma de um parente de Santos, chamado João de Melo, Natividade deu ao marido a notícia de sua gravidez e, em seguida, já em casa, contaram da gravidez e falaram da missa para a cunhada de Santos, Perpétua: “Depois falaram do parente morto e concordaram piamente que era um asno – não disseram este nome, mas a totalidade das apreciações vinha a dar nele, acrescentado de honesto e honestíssimo” (ASSIS, 2015, p. 1056). Aires narra a conversa na forma indireta, o diálogo não é exposto como foi professado pelas personagens e não é possível ao leitor ter a certeza de que se apresentasse as palavras dos familiares do morto caberia mesmo o adjetivo “asno” ou se é apenas na opinião do Conselheiro que as apreciações dos parentes vinham a dar nisso.

Já o último romance de Machado de Assis, o *Memorial de Aires*, traz uma parte do diário de Aires que trata apenas do que liga um mesmo assunto: as

relações sociais que o Conselheiro manteve com o Aguiar e sua esposa D. Carmo, e seus filhos postiços, Tristão e Fidélia, entre os anos de 1888 e 1889. Um ano depois de voltar da Europa aposentado, no dia 10 de janeiro de 1888, Aires foi com sua irmã Rita ao cemitério para visitar o jazigo de sua família, lá viu uma moça que lhe chamou a atenção e disse que “A cara não me era estranha, sem atinar quem fosse. E bonita, e gentilíssima, como ouvi dizer de outras em Roma” (ASSIS, 2015, p. 1198). Rita, então, lhe explicou que ele, realmente, já vira a moça que chamava-se Fidélia:

Rita contou-me então alguma coisa da vida da moça e da felicidade grande que tivera com o marido, ali sepultado há mais de dois anos. Pouco tempo viveram juntos. Eu, não sei por que inspiração maligna, arrisquei esta reflexão:

– Não quer dizer que não venha a casar outra vez. (ASSIS, 2015, p. 1199).

Após essa reflexão do Conselheiro, Rita resolveu apostar com o irmão se ele era capaz de se casar com a viúva, ela apostava que não. Poucos dias depois, Aires recebeu convite para ir à festa de bodas de prata do casal Aguiar, onde encontrou-se novamente com Fidélia e teve a oportunidade de conhecê-la através da observação de seu comportamento, já que não chegou a conversar com ela. A principal contribuição dessa confraternização para o romance foi a amizade que o diplomata começou a ter com D. Carmo e o Aguiar, pois, depois das bodas de prata, passou a frequentar a casa do casal e conhecer a sua história, de modo que sempre anotava em seu Memorial os acontecimentos em torno dos novos amigos.

Com o passar do tempo e as frequentes visitas à casa dos Aguires, onde Fidélia ia muito também e era considerada como uma filha postiça para eles, Aires viu-se apaixonado pela viúva. Ele não escreve que sente-se apaixonado, mas o leitor pode depreender isso a partir da importância que ele dá às descrições da viúva e através do seguinte sonho que teve com a moça:

Achei-a na sala com o seu vestido preto do costume e enfeites brancos, fi-la sentar no canapé, sentei-me na cadeira ao lado e esperei que falasse.

– Conselheiro – disse ela entre graciosa e séria –, que acha que faça? Que case ou fique viúva?

– Nem uma coisa nem outra.

– Não zombe, conselheiro.

– Não zombo, minha senhora. Viúva não lhe convém, assim tão verde; casada, sim, mas com quem, a não ser comigo?

– Tinha justamente pensado no senhor.

Peguei-lhe nas mãos, e enfiámos os olhos um no outro, os meus a tal ponto que lhe rasgaram a testa, a nuca, o dorso do canapé, a

parede e foram pousar no rosto do meu criado, única pessoa existente no quarto, onde eu estava na cama. (ASSIS, 2015, p. 1219-1220).

Nos relatos do Conselheiro, aparece ainda a figura de Tristão, afilhado de D. Carmo, que vai embora com seus pais para Lisboa com doze anos. O casal Aguiar, apesar de desejar, não tinha herdeiros e nutria pelo menino Tristão um grande amor, considerando-o um filho. Por isso, quando Tristão voltou ao Rio de Janeiro, já adulto, a alegria foi muito grande. Com a convivência, os dois filhos postíços do casal Aguiar não demoram para verem-se apaixonados e casam-se pouco tempo depois. Seria grande a alegria de D. Carmo e Aguiar, não fosse o fato do jovem casal ter ido embora para a Europa e deixado o velho casal sozinho no Rio de Janeiro.

Neste romance, Machado de Assis transmitiu novamente ao Conselheiro a responsabilidade pelo que foi escrito, pois, desta vez, o escreveu na forma de um diário íntimo, no qual Aires conta os acontecimentos das pessoas a sua volta emitindo opiniões e juízos de valor acerca do que vê. “No momento em que Machado nos diz que Aires é o sujeito enunciador daquele discurso que leremos, passamos a aceitar este fato como verdadeiro e a nos comportar como se estivéssemos lendo seu discurso e não o construído por Machado” (TELES, 2009, p. 20).

A narrativa vem a público da maneira como foi encontrada após a morte do Conselheiro, com a anotação dos dias, das horas e dos minutos em que escreveu. A advertência do romance explica:

Tratando-se agora de imprimir o *Memorial*, achou-se que a parte relativa a uns dois anos (1888-1889) – se for decotada de algumas circunstâncias, anedotas, descrições e reflexões – pode dar uma narração seguida, que talvez interesse, apesar da forma de diário que tem. Não houve pachorra de a redigir à maneira daquela outra – nem pachorra, nem habilidade. Vai como estava, mas desbastada e estreita, conservando só o que liga o mesmo assunto. (ASSIS, 2015, p. 1197).

Tratando-se de um romance em forma de diário, o Conselheiro Aires figura como um narrador-protagonista, já que ele conta a história sem saber de tudo o que se passa na mente das outras personagens. “Narra de um centro fixo, limitado quase que exclusivamente às suas percepções, pensamentos e sentimentos” (LEITE, 1997, p. 43).

Nas páginas de seu diário de lembranças, Aires escreve muito do que presenciou ou ouviu de outras pessoas, lembrando de emitir quase sempre seus juízos de valor sobre as ações das personagens. Assim, além de ser um narrador-protagonista, ele também é um narrador-testemunha, que observa e conta de um ângulo próximo aos fatos, porém limitado. O próprio Conselheiro Aires confessa essa postura: “Sempre me sucedeu apreciar a maneira por que os caracteres se

exprimem e se compõem, e muita vez não me desgosta o arranjo dos próprios fatos. Gosto de ver e antever, e também de concluir” (ASSIS, 2015, p. 1258).



O narrador aí comenta e analisa, como testemunha, mas, no caso, ele é também o protagonista. E isso faz do *Memorial de Aires* um exemplo privilegiado de como são precárias as classificações. Pois, se quanto à historinha de amor narrada no livro, o conselheiro é testemunha, quanto às suas reflexões e memórias, ele é o protagonista. (LEITE, 1997, p. 39).

Ao contrário do que acontece em *Esaú e Jacó*, o Conselheiro não esconde que é ele quem narra, sendo possível ao leitor perceber a inconsistência das opiniões que ele anuncia para os outros e as que expressa apenas em seu diário. Há uma cena no romance que ilustra muito bem essa inconsistência: Aires encontra Campos, um antigo amigo, na barca de Petrópolis e segue viagem com ele de barca e de trem de ferro até o Hotel Bragança. “Ao subir a serra as nossas impressões divergiram um tanto” (ASSIS, 2015, p. 1205), confessa o Conselheiro em seu *Memorial*, pois Campos estava gostando da viagem que faziam, enquanto Aires confessava que preferia a viagem em caleças tiradas a burros. Nesse momento, pode-se notar a atitude do Conselheiro ao se deparar com uma opinião diferente da sua:

Campos continuou a dizer todo o bem que achava no trem de ferro, como prazer e como vantagem. Só o tempo que a gente poupa! Eu, se retorquisse dizendo-lhe bem do tempo que se perde, iniciaria uma espécie de debate que faria a viagem ainda mais sufocada e curta. Preferi trocar de assunto e agarrei-me aos derradeiros minutos, falei do progresso, ele também, e chegamos satisfeitos à cidade da serra. (ASSIS, 2015, p. 1205).

Aires percebeu que se expusesse uma opinião contrária à de Campos, a viagem se tornaria ainda mais fastidiosa e nenhum deles ganharia nada com isso. Por esse motivo, decidiu mudar de assunto para terminar o percurso feliz consigo mesmo e passar uma boa imagem de si para o amigo. Para tanto, embora não tenha mudado de ideia, não tentou persuadir Campos de que a opinião dele não era a mais sensata. Desta forma, diante de uma opinião divergente da sua, Aires coloca sua máscara para não deixar à mostra a sua opinião particular acerca da viagem de trem e conduz a conversa para um assunto mais genérico e público, no caso, o progresso. Todavia, ao escrever em seu diário, se desfaz da máscara social, revelando o seu sentimento verdadeiro.

No ensaio *Uma figura machadiana*, Alfredo Bosi (2007) analisa o problema da utilização de máscaras por personagens machadianas e, principalmente, pelo Conselheiro Aires. O crítico assinala que no mundo machadiano “a máscara não é exceção, não foi feita apenas para tapar a cara da personagem mais vilã. É a regra.



É o selo da necessidade” (BOSI, 2007, p. 141). Bosi compara o ponto de vista de Brás Cubas com o do Conselheiro Aires dizendo que a escolha do foco narrativo de depois da morte adotado por Cubas e do diário íntimo adotado por Aires servem para ambos exercerem “um poder raro e terrível, o poder de dizer o que se pensa. E parece que só o espaço da maturidade póstuma ou o da escrita solitária do diário seriam bastante disponíveis e abertos à sinceridade” (BOSI, 2007, p. 130).

O Conselheiro Aires sempre tempera suas mais terríveis conclusões com o bom humor e opiniões médias, fazendo da sua “alma um compasso, que abria as pontas aos dois extremos” (ASSIS, 2015, p. 1248). De *Esaú e Jacó* pode-se retirar uma discussão sobre os gêmeos entre Aires, Santos e um espírita amigo de Santos chamado Plácido como exemplo do compasso da alma de Aires. O motivo da reunião entre eles era o fato de a Cabocla do Castelo ter perguntado à Natividade se os bebês brigaram no ventre da mãe, ao que o Conselheiro pondera:

- Antes de nascer, crianças não brigam – replicou Aires, temperando o sentido afirmativo com a entonação dubitativa.
- Então nega que dois espíritos...? Essa cá me fica, conselheiro! Pois que impede que dois espíritos...?

Aires viu o abismo da controvérsia, e forrou-se à vertigem por uma concessão, dizendo:

- Esaú e Jacó brigaram no seio materno, isso é verdade. Conhece-se a causa do conflito. Quanto a outros, dado que briguem também, tudo está em saber a causa do conflito, e não a sabendo, porque a Providência a esconde da notícia humana... Se fosse uma causa espiritual, por exemplo... (ASSIS, 2015, p. 1066, grifo nosso).

Ao ver que discordavam de sua opinião sobre a briga dos gêmeos, Aires delonga sua fala encobrendo a sua opinião ao se referir à imagem dos gêmeos da história bíblica e, para não cair em contradição, trata logo de levar a conversa para o nível seguinte, que foi propor a descoberta da causa do conflito. O Conselheiro pondera a sua opinião particular e aceita a pública, ou do público em meio ao qual estava, já que essa discussão se passou em um centro espírita, local onde acreditar na briga no ventre pode ser considerada uma questão de princípio. Deste modo, percebe-se que o Conselheiro tem grande facilidade de se adaptar às opiniões dos outros e ao lugar em que está. No entanto, em seu diário íntimo não se priva de revelar os seus juízos.

O “tédio à controvérsia” (ASSIS, 2015, p. 1064), professado ainda em *Esaú e Jacó*, orienta a vida pública de Aires, enquanto que a “salvação do positivo, apesar do negativo, a persistência deste apesar daquele” (BOSI, 2007, p. 131) orienta seu modo de pensar, sua opinião privada. Isto é, ele diz que tem tédio a controvérsia para justificar o fato de sempre concordar com o seu interlocutor, mas, no domínio privado de sua consciência, – percebida na narração de *Esaú e Jacó* e no que escrevia em seu *Memorial* –, Aires não hesita em discordar e apontar os defeitos dos outros. Dessa forma, na visão de Aires, a oposição não é considerada algo ruim,

deixá-la de lado é apenas um modo que encontrou para conviver bem em sociedade e exercer com êxito sua posição de diplomata; um modo que se tornou um costume ao longo da vida, ao que tudo indica.

A constatação acima pode ser demonstrada a partir de reflexões do Conselheiro em capítulos quase seguintes de *Esaú e Jacó*. No dia seguinte ao da Abolição, Aires saiu a passeio e, no meio da Rua Carioca, encontrou uma multidão em volta de dois policiais e um ladrão que roubara uma carteira. A multidão queria que os policiais soltassem o criminoso julgando-o inocente, mas, ainda assim, o ladrão foi preso. Nessa passagem do romance, percebe-se facilmente a delimitação que ocorre entre a personagem Conselheiro Aires e o narrador Conselheiro Aires; é como se os dois não fossem a mesma pessoa.

A personagem Aires reflete que o motivo dos protestos contra a prisão é fruto de um instinto velho de resistência à autoridade: “Que o homem se acostume às leis, vá; que incline o colo à força e ao bel-prazer, vá também [...]. Mas que abençoe a força e cumpra as leis sempre, sempre, sempre, é violar a liberdade primitiva, a liberdade do velho Adão” (ASSIS, 2015, p. 1096). Porém, o narrador Aires pondera que “Não lhe atribuam todas essas ideias. Pensava assim, como se falasse alto, à mesa ou na sala de alguém” (ASSIS, 2015, p. 1097) para que a ideia de que a oposição é boa não fosse creditada à personagem Aires. Isso consiste em uma tentativa de Machado de Assis de iludir o leitor e fazê-lo acreditar que o narrador e o Conselheiro são realmente pessoas diferentes.

Mais adiante, no passeio, Aires se deparou com uma carroça que congestionava o trânsito ao pé da Travessa de S. Francisco. O carroceiro batia muito no burro que insistia em ficar parado no meio do caminho, apenas depois de cinco ou seis minutos, o burro decidiu tirar a carroça do lugar:

Depois leu neles [nos olhos do burro] este monólogo: “Anda, patrão, atulha a carroça de carga para ganhar o capim de que me alimentas. Vive de pé no chão para comprar as minhas ferraduras. Nem por isso me impedirás que te chame um nome feio, mas eu não te chamo nada; ficas sendo sempre o meu querido patrão. Enquanto te esfalfas em ganhar a vida, eu vou pensando que o teu domínio não vale muito, uma vez que me não tiras a liberdade de teimar...”.

[...] Depois riu de si para si, e foi andando. Inventara tanta coisa no serviço diplomático, que talvez inventasse o monólogo do burro. (ASSIS, 2015, p. 1098).

As duas reflexões, colocadas em capítulos quase seguintes, demonstram que, na verdade, o Conselheiro gosta das oposições e acredita serem elas naturais do ser humano. Se não discorda de ninguém em ambiente público, é porque aprendeu que concordar sempre pode ser uma maneira de estar no meio da multidão, sem ser odiado. Todavia, em seu diário, ambiente particular, não se priva de revelar o que sente. É o que se observa quando Aires se encontrou com o pai de Fidélia, em *Memorial de Aires*. O Conselheiro não falou de Fidélia para o pai, “mas

confesso que **se pudesse** diria mal dela, com o fim secreto de acender mais o ódio – e tornar impossível a reconciliação” (ASSIS, 2015, p. 1215, grifo nosso).



Sendo assim, tanto em *Esaú e Jacó* quanto em *Memorial de Aires*, o Conselheiro Aires comporta-se como um verdadeiro diplomata que é, relativizando suas opiniões, pois em público, ele não se atreve a discordar ou falar mal de ninguém, uma vez que fazer isso seria arriscar a imagem que, durante longo tempo, construiu de si. Para o Conselheiro Aires, sua imagem pública vale mais do que sua opinião particular.

Domínios privados distorcidos pelo domínio público

No romance *Esaú e Jacó*, onde tudo parece quebra e divisão, pode-se depreender, por meio dos comentários do narrador, a atmosfera agitada de transformação que ocorreu no Brasil em fins de século XIX e início de século XX. Quando, por exemplo, a República é proclamada, o Conselheiro conta que os gêmeos ficaram até tarde fora de casa. No entanto, Pedro voltou mais cedo, enquanto Paulo demorou na rua comemorando a mudança de regime. Mais tarde, em casa, os irmãos só não brigaram devido aos pedidos da mãe, que era a única capaz de impedir seus desentendimentos. Ela sabia que, devido às aspirações políticas contrárias dos jovens, seria fácil ocorrer uma briga entre eles.

Ao jantar, falaram pouco. Paulo referia os sucessos amorosamente. Conversara com alguns correligionários e soube do que se passara à noite e de manhã, a marcha e a reunião dos batalhões no campo, as palavras de Ouro Preto ao marechal Floriano, a resposta deste, a aclamação da República. A família ouvia e perguntava, não discutia, e esta moderação contrastava com a glória de Paulo. O silêncio de Pedro, principalmente, era como um desafio. Não sabia Paulo que a própria mãe é que o pedira ao irmão com muitos beijos, motivo que em tal momento, ia com o aperto do coração do rapaz. (ASSIS, 2015, p. 1133).

Mais à frente, no romance, o Conselheiro Aires explica a razão pela qual os gêmeos nunca entravam em acordo na política, enfatizando que “não lhes importam formas de governo, contanto que a sociedade fique firme ou se atire para diante” (ASSIS, 2015, p. 1187). Ele define que Pedro defendia a Monarquia por ter o espírito conservador herdado da família, enquanto que em Paulo residia o espírito de inquietação. Haja vista que, nenhum dos gêmeos se importava com as formas de governo, ainda não eram políticos e não estavam intimamente ligados à revolta, é interessante observar que o domínio público trouxe drásticas consequências para o domínio privado da família Santos, já que Natividade precisou pedir para Pedro que ficasse em silêncio diante das manifestações de felicidade e possíveis provocações que Paulo poderia fazer a ele.



Ainda nesse romance, o narrador Aires escreve em seu diário o caso da tabuleta da confeitaria de seu vizinho, Custódio. O confeitoiro manda pintar uma nova tabuleta com o nome “*Confeitaria do Império*” as vésperas da revolta. Porém, quando a República é proclamada não sabe qual nome deve pôr, e vai pedir ao Conselheiro ajuda para escolher um novo nome, pois o antigo poderia fazer com que os revolucionários da República lhe quebrassem as vidraças. Após lembrar nomes mais genéricos que denotam um aspecto mais geral, ou seja, público, como “*Confeitaria da República*” e “*Confeitaria do Governo*”, Aires sugere ao confeitoiro duas opções mais particulares que tem a ver com sua vida privada, “*Confeitaria do Catete*” e “*Confeitaria do Custódio*” sobre as quais Custódio diz que pensará. Observa-se nessa passagem que a instabilidade política e social brasileira passa a interferir na vida particular de Custódio. Indeciso, o confeitoiro não sabe se adota ou não a palavra “república” na sua tabuleta, pois embora a República estivesse proclamada, havia a possibilidade de uma mudança repentina: “se daqui um ou dois meses, houver nova reviravolta, fico no ponto em que estou hoje, e perco outra vez o dinheiro” (ASSIS, 2015, p. 1129). Para solucionar o problema, Aires sugeriu ao comerciante que colocasse em seu estabelecimento um nome que não denotasse nenhuma ligação com a vida pública. Trata-se, na verdade, de uma ironia de Machado de Assis a respeito da troca do regime monárquico pelo regime republicano. Pensando nessa questão, Wilson Martins afirma que:

[...] a proclamação da República, longe de ser a profunda transformação social e política afirmada pelos propagandistas e revolucionários com mais entusiasmo do que razão e mais ingenuidade do que realismo, era apenas uma mudança de tabuleta — a confeitaria continuava a mesma. (MARTINS, 2010 apud CUNHA, 2015, p. 33).

Decerto, a afirmação de Martins está de acordo a seguinte fala do Conselheiro acerca da mudança de regime: “Nada se mudaria; o regime, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele” (ASSIS, 2015, p. 1131). Desta forma, é possível captar uma característica importante do homem público Conselheiro Aires: a dificuldade que este tem em crer nas instituições. Em seu diário, Aires deixa transparecer que não acredita que a mudança de regime trará mudanças de veras à vida das pessoas.

Nesse aspecto, é justo ressaltar que o Conselheiro não se deixa enganar pela imagem que se fazia da República. Em um momento em que a “aparência e a fachada têm alta significação e o detalhe é tomado pelo conjunto” (PASAVENTO, 2002, p. 160), ele teve a capacidade de se manter calmo e afirmar que nada mudaria, contrastando com as opiniões dos que acreditavam na imagem que viam no traçado urbano da nova metrópole do Rio de Janeiro: “a alteração do traçado urbano e a renovação arquitetônica tinham uma função e um sentido. A funcionalidade da reforma era dada pelos princípios da circulação, da higiene e da estética, ao qual a dimensão simbólica se acha intimamente ligada” (PASAVENTO, 2002, p. 175).

Dentro do fio social que Machado de Assis coloca em suas obras é comum que acontecimentos do domínio público interfiram no domínio privado. Um exemplo, em *Esau e Jacó*, chama atenção sob este aspecto: logo no início do romance, a mãe dos gêmeos, Natividade, consulta uma adivinha, chamada popularmente de Cabocla do Castelo, para saber da sorte futura dos filhos. Quando a Cabocla diz que eles serão grandes, mesmo sem dizer a qualidade da grandeza, Natividade sai tão feliz da casa da adivinha que deita uma nota de dois mil-réis (que pode ser considerada uma quantia alta de esmola na época) na bacia de um “irmão das almas”. Então, ele guarda a nota no bolso e não a entrega para o sacristão de sua igreja. Apenas no capítulo LXXIV, Aires retoma a história do “irmão das almas”, que se chamava Nóbrega:

Nóbrega abandonou as almas a si mesmas, e foi a outros purgatórios, para os quais achou outras opas, outras bacias e finalmente outras notas, esmolas de piedade feliz. Quero dizer que foi a outras carreiras. Com pouco deixou a cidade, e não se sabe se também o país. Quando tornou, trazia alguns pares de contos de réis, que a fortuna dobrou, redobrou e tresdobrou. Enfim, alvoreceu a famosa quadra do “encilhamento”. (ASSIS, 2015, p. 1143).

Graças ao encilhamento, – fenômeno público, ocorrido no início do século XX, no qual houve grande expansão do crédito –, Nóbrega enriqueceu e seu papel mudou no romance: de um simples membro de irmandade religiosa passou a ser um respeitado capitalista que pediu a mão de Flora em casamento, mas o pedido foi recusado pouco antes da morte da moça. Desta forma, de “irmão das almas” a homem muito rico, o domínio público intervém de maneira avassaladora no domínio privado.

Em *Memorial de Aires*, o Conselheiro Aires volta aposentado da Europa com a intenção de passar o resto da sua vida no Rio de Janeiro. Com o passar do tempo, vê-se apaixonado por Fidélia e, através de sua irmã, conhece a biografia da moça. A sua família e a de seu marido, Noronha, eram inimigas políticas na Paraíba do Sul e os dois não conseguiram se casar sem romper com ambas. “Portanto, a princípio, enfatizar-se-iam a interferência e o poder do domínio público nos relacionamentos privados. Mas os jovens conseguiram se casar, indicando a prevalência do interesse particular” (BRANDÃO, 2008, p. 13). O casamento, porém, não durou muito, pois Noronha morreu pouco tempo após o enlace e Fidélia estreitou seus vínculos de amizade com o casal Aguiar, sendo cuidada por este como se fosse um membro da família, uma filha postiça, como diria o Conselheiro Aires.

O pai de Fidélia, Santa-Pia, era um senhor rico e dono de uma grande fazenda. O episódio que o envolve em *Memorial de Aires*, denota outra interferência dos acontecimentos públicos na vida particular. Santa Pia, ao saber da proximidade da abolição, decide por si próprio conceder a alforria a todos os seus escravos dizendo que o seu intuito é “deixar provado que julgo o ato do governo uma espoliação, por intervir no exercício de um direito que só pertence ao proprietário”

(ASSIS, 2015, p. 1214). A descrição da atitude da personagem no romance condiz com a realidade, pois, nos meses que antecederam a abolição, ocorrida oficialmente em 13 de maio de 1888, foi comum os senhores realizarem a alforria de seus escravos. Desta forma, receosos da intromissão do governo em seus negócios, os senhores de escravos acabaram por tomar atitudes particulares para amenizar as consequências das decisões públicas em suas vidas particulares. Roberto Schwarz, no ensaio “As ideias fora do lugar”, assinala:

Ora, o lucro como prioridade subjetiva é comum às formas antiquadas do capital e às mais modernas. De sorte que os incultos e abomináveis escravistas até certa data — quando esta forma de produção veio a ser menos rentável que o trabalho assalariado — foram no essencial capitalistas mais consequentes do que nossos defensores de Adam Smith, que no capitalismo achavam antes que tudo a liberdade. (SCHWARZ, 2012, p. 14).

Então, antes de ser uma atitude contrária ao governo, a decisão de Santa-Pia teve como objetivo o próprio capital. Ele próprio diz: “– Estou certo que poucos deles deixarão a fazenda; a maior parte ficará comigo, ganhando o salário que lhes vou marcar, e alguns até sem nada, pelo gosto de morrer onde nasceram” (ASSIS, 2015, p. 1215). Longe de querer dar liberdade aos escravos, o ato de Santa-Pia busca benefícios para ele próprio, uma vez que o trabalhador livre mobiliza menos gastos do que o trabalhador escravo. Assim, como ele esperava, os escravos continuaram trabalhando na fazenda depois de ele lhes conceder a alforria e, ainda, após a sua morte.

Os entrecruzamentos entre os fenômenos públicos e privados são demarcados pelo Conselheiro através da seguinte fórmula: “Não há alegria pública que valha uma boa alegria particular” (ASSIS, 2015, p. 1216). O diplomata fez essa reflexão quando saiu da casa dos Aguires no dia 14 de maio de 1888, dia posterior ao da abolição da escravidão, por motivo de o casal estar muito feliz por ter recebido uma carta de Tristão, vinda de Lisboa, depois de muito tempo sem nenhum contato com o querido filho postiço. Apesar da felicidade das pessoas da cidade com a notícia pública da abolição, o casal Aguiar pouco se importou com esse fato e a alegria de Aguiar e sua esposa voltou-se inteiramente para um fato particular, a carta de seu afilhado. O intuito de Tristão em retomar o contato é o fato de querer voltar ao Brasil em breve, o que fez em poucos meses.

O desfecho do romance aponta o quão avassalador pode ser essa interferência do domínio público no domínio privado. Quando Tristão se apaixonou por Fidélia e o confessou ao Conselheiro, adiou, por cerca de um mês, sua volta para a Europa com o fim de conquistar a viúva, ignorando as cartas políticas que instavam por ele. Após esse tempo, Tristão conquistou a jovem e, poucos meses depois, os dois filhos postiços do casal Aguiar, casaram-se em cerimônia com a presença do Conselheiro Aires.

O casal queria permanecer no Rio de Janeiro junto aos seus pais postiços, porém o afilhado dos Aguires foi eleito deputado em Lisboa e precisou acudir ao

chamado para assumir o cargo. O casal queria levar D. Carmo junto consigo, mas a senhora não quis deixar o marido, gerente de banco, sozinho e Aguiar também não podia deixar o emprego na idade avançada em que estava para ir com eles à Europa. A história do casal Aguiar e do casal composto por Tritão e Fidélia foi direcionada por Machado de Assis para um fim em que o interesse público reprimiu qualquer possibilidade do interesse privado prevalecer.

Nota-se que nos dois últimos romances de Machado de Assis a República e a Monarquia, assim como a escravidão e a abolição tecem o plano de fundo para a ação das personagens. Neles, a história de poucos indivíduos servem para mostrar o quanto as decisões públicas podem influenciar as decisões de pessoas dentro de seu domínio privado.

Considerações finais

Por meio do seu diário, o Conselheiro Aires busca traçar o contexto histórico do final do século XIX e início do século XX, a proclamação da República, a abolição dos escravos, transmitindo suas impressões sobre esses acontecimentos importantes. A República do Brasil tinha ideais revolucionários e aparência arquitetônica transladados da Europa, mas o real objetivo dos governantes e dos proprietários de terras era o mesmo: o próprio capital. Eles iludiam a população carioca fazendo-a acreditar que as mudanças tinham a intenção de tornar a vida melhor, porém miravam apenas o embelezamento estético da capital brasileira tendo em vista torná-la mais atraente aos estrangeiros e, com isso, conseguir a injeção de capital internacional na economia. Ora, uma cidade limpa e bem estruturada arquitetonicamente é mais atraente ao estrangeiro do que uma cidade com problemas de circulação e assolada por epidemias de febre amarela, como era o Rio de Janeiro. Eis o motivo das mudanças ocorrerem principalmente na capital da República, na época, e menos no restante do país: era o Rio de Janeiro a cidade utilizada como vitrine para o estrangeiro.

Ao passo que a realidade brasileira, na época, se fundava na aparência, o Conselheiro Aires também construiu sua imagem em cima de insinuações não verídicas, ou seja, ele preza muito pela sua imagem pública e, para tanto, usa concordar sempre com os outros evitando a oposição e as intrigas. Por trás da sua máscara de cordato pode-se vislumbrar, a partir de pistas no decorrer dos dois romances, a opinião e postura verdadeiras do diplomata, que se mostra mais interessado nos seus objetivos privados do que nos objetivos públicos. Além disso, percebe-se nas obras, conforme foi demonstrado, que os acontecimentos públicos da época interferem nas atitudes particulares das personagens. Portanto, o narrador-personagem Conselheiro Aires serve de paradigma para o Brasil da época de Machado de Assis.

Referências



ASSIS, Machado de. *Obra completa em quatro volumes*. Organização editorial de Aluizio Leite et al. 3. ed. São Paulo: Editora Nova Aguilar, 2015. 1 v.

BOSI, Alfredo. Uma figura machadiana. In: _____. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 127-148.

BRANDÃO, Márcia de Oliveira Reis. O público e o privado: domínios entrelaçados em *Memorial de Aires*. In: SEMINÁRIO MACHADO DE ASSIS: NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE A OBRA E O AUTOR, NO CENTENÁRIO DE SUA MORTE, 1., 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UERJ, 2008. p. 01-18.

CUNHA, Martim Vasques da. *A poeira da glória: uma (inesperada) história da literatura brasileira*. São Paulo: Record, 2015.

GÊNESIS. Português. In: *Bíblia Sagrada*: Edição Pastoral. Tradução de Ivo Storniolo; Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1991. p. 13-67.

LEITE, Lúcia Chiappini Moraes. *O foco narrativo* (ou A polêmica em torno da ilusão). 8. ed. São Paulo: Ática, 1997.

PASAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano*. 2. ed. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRS, 2002.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TELES, Adriana da Costa. *O labirinto enunciativo em Memorial de Aires*. São Paulo: Annablume, 2009.

Para citar este artigo

GODOI, Wellington Vincius da Cruz; RODRIGUES, Rita de Cássia Lamino de Araújo. Homem público versus homem privado: as insinuações do Conselheiro Aires. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 8, n. 1, p. 73-89, jan.-abr. 2019.

Os autores

Wellington Vincius da Cruz Godoi é graduando do curso de Letras Português/Inglês da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Desenvolveu os projetos de pesquisa: Estudo sobre o Conselheiro Aires nos romances *Esaú e Jacó* e *Memorial de Aires*, de Machado de Assis (2016-2017);

Homem público versus homem privado: conflitos existenciais na obra de Machado de Assis (2017-2018); e atualmente desenvolve o trabalho de iniciação científica intitulado “O basto e a espadilha”: a dicotomia público/privado presente no romance *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis.



Rita de Cássia Lamino de Araújo Rodrigues é graduada em Letras pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP (2006), mestre em Literatura e Vida Social pela Universidade Estadual Paulista – "Júlio de Mesquita Filho" (2010) e doutora em Literatura e Vida Social pela Universidade Estadual Paulista – "Júlio de Mesquita Filho" (2015). Atua como Professora Colaboradora na área de Literatura Portuguesa, Teoria Literária e Prática de Ensino de Literatura no Centro de Letras, Comunicação e Artes na Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP - *campus* de Jacarezinho. Participa do grupo de pesquisa Literatura e Ensino e Leituras Literárias: Teoria Crítica, Análise e Ensino. Linha “Estudos do Romance”.